artigo

Algumas observações gerais sobre o problema do trabalho*

Peter Berger

Trabalho é uma das categorias humanas fundamentais. O homem é o animal que modelou ferramentas e construiu um mundo. O homem é, portanto, o único animal que vive em dois mundos: o natural, que reparte com todos os outros habitantes do planeta, e aquela outra natureza, *a nature artificielle* (como os antropologistas franceses a denominam), feita por ele mesmo. Uma vez que é este segundo mundo confeccionado pelo homem que provê o contexto para qualquer conduta que possa ser propriamente reconhecida como humana, o processo pelo qual a base física deste mundo é construída é de significação humana crucial. Isto pode ser dito independentemente da questão se o edifício simbólico, que necessariamente abarca o mundo humano, deve também ser entendido como um resultado do trabalho e, portanto, o trabalho mental sendo entendido como correlato ou mesmo derivativo do trabalho físico.

Ser humano e trabalhar parecem ser noções inexoravelmente correlatas. Trabalhar significa modificar o mundo tal qual é encontrado. Somente através de tal modificação é que o mundo pode ser transformado numa arena para a ação humana, significados humanos, sociedade humana ou, por que não, existência humana em qualquer sentido que esta palavra possa ter. Não é surpreendente, portanto, que a grande revolução no caráter do trabalho humano tenha envolvido transformações da existência humana em sua totalidade, desde a assim chamada revolução neolítica até a Revolução Industrial, que continua transformando a nossa própria existência ainda hoje. Também não é surpresa que o trabalho esteve imbuído, desde o primórdio dos tempos, de significação religiosa. Se construir significa construir um mundo, então ele envolve, numa perspectiva religiosa, a repetição ou imitação de atos divinos pelos quais o mundo foi originalmente construído – e quem sabe talvez mesmo uma competição com os atos divinos, como sugere o mito de Prometeu. Trabalhar não é algo fácil. Trabalhar é imitar a própria criação.

Trabalho, como uma imitação dos deuses, está muito longe da questão que vem sendo desenvolvida neste volume. De uma maneira ou de outra, estas questões têm girado em torno do problema do significado do trabalho. É, portanto, importante verificar que este é um problema particularmente moderno, relacionado, como veremos daqui a pouco, a desenvolvimentos estruturais e ideológicos na moderna história ocidental. Na maioria das sociedades anteriores, o problema dificilmente existia nesta forma. Por um lado, trabalho era um dever religioso, por outro, o sofrimento era entendido como parte do destino do homem. Então, por exemplo, a palavra hebraica *avodah* quer dizer *serviço* – tanto no sentido ordinário da palavra, como no sentido religioso de servir à divindade, isto é, culto. Uma combinação similar de significados provavelmente está contida na palavra grega *leitourgia*. A palavra latina *labor*, por outro lado, significa tanto trabalho como esforço fatigante, no sentido geral de sofrimento. E esta última implicação aparece de maneira ainda mais clara nos derivados latinos tais como *trabalho* em português, *trabajo* em espanhol, *travail* em francês e inglês, os quais provavelmente vêm da palavra *trepalium*, que se refere a um instrumento de tortura. Há muito pouco, ou nada, em tudo isso que nos leve às questões que hoje associamos com trabalho.

Lidar com "o problema do trabalho", como fazemos neste volume, é lidar com um fenômeno particularmente moderno. O foco do "problema" é a questão do "significado". Ora, fenômenos sociais são sempre "significativos", mas na maioria dos casos os significados são assumidos como dados, organizados em instituições e totalmente legitimados no sistema simbólico da sociedade. Isto é, "significado" não é ordinariamente um "problema". Ele se torna problemático como resultado de transformações específicas dentro da sociedade, transformações que colocam em questão as instituições e legitimações anteriormente dadas como certas. É, portanto, lógico perguntar quais as transformações que tornaram nosso "problema" particular possível. Parece-nos que dois desenvolvimentos foram de importância decisiva a este respeito: estruturalmente, a extrema intensificação da divisão de trabalho ocasionada pela Revolução Industrial ainda em processo; ideologicamente, a secularização do conceito de vocação. A seguir, abordaremos rapidamente esses dois desenvolvimentos.

A divisão de trabalho é provavelmente tão velha quanto a própria sociedade humana, uma vez que esta última dificilmente seria possível sem, pelo menos, uma certa dose da primeira. Com os avanços da tecnologia do trabalho, a divisão do trabalho naturalmente aumentou em complexidade. A Revolução Industrial, entretanto, com a sua proliferação de técnicas e talentos, levou a uma intensificação da divisão do trabalho que é única na história. Nós, ainda, estamos no meio deste processo, e não há sinais de que o mesmo esteja em fase de amortecimento, como foi ilustrado de forma clara pela referência de Evan à crescente lista de títulos ocupacionais. Mais ainda, a Revolução Industrial trouxe uma sempre crescente fragmentação de processos específicos de trabalho, distanciando sempre mais o trabalhador do produto de seu trabalho. O caso clássico, dessa fragmentação, é a linha de produção, tão bem descrita na contribuição de Chinoy. No caso da linha de produção de automóveis ainda há o conhecimento, por parte do traba-

lhador, sobre as características do produto final. O autor deste artigo conheceu vários trabalhadores engajados em linhas de produção que não sabiam sequer para o que o produto no qual trabalhavam tinha sido projetado, exceto que tinha algo a ver com "mecanismo de precisão" – por tudo quanto soubessem os trabalhadores poderiam estar trabalhando num componente de uma bomba de hidrogênio. Nem, deve ser adicionado, sequer estavam eles particularmente interessados na questão. Esta fragmentação do trabalho não esteve restrita ao processo de manufaturação, mas tem afetado, cada vez mais, também as ocupações burocráticas e de serviço. Grandes escritórios são instalados sob princípios muito similares àqueles usados nas linhas de produção, e pelas mesmas razões. Mesmo algumas das assim chamadas profissões liberais foram sujeitas ao impacto dessas forças – existem hoje situações de linha de produção de medicina, linha de produção para assuntos legais, e até mesmo linha de produção para pesquisa científica, com médicos, advogados e cientistas alocados a pequenos fragmentos do processo total do trabalho de maneira muito similar como o trabalhador da indústria de automóveis está alocado ao "seu" lugar na linha de produção. Trabalho nestas circunstâncias não precisa ser duro nem penoso (isto não seria nada novo), mas a questão do seu significado poderá tornar-se mais consciente do que em situações em que o trabalhador se relacionava com o processo de trabalho até que o produto final emergisse.

Como resultado do progresso tecnológico, adicionalmente, há constantes mudanças na organização social do trabalho. Certas especialidades ocupacionais tornam-se obsoletas, enquanto outras aparecem "de novo". Hoje em dia, nós estamos bastante familiarizados pelas crises trazidas pela obsolescência ocupacional devida à automação, sendo que essas crises têm se tornado cada vez mais centrais nas disputas recentes entre sindicato e administração na indústria. E não é necessária muita imaginação para entender as tragédias humanas que estão envolvidas neste processo (embora mesmo esta pouca imaginação, normalmente, não se faça presente quando da insatisfação pública com certos sindicatos por se manterem leais a certas regras "fora de moda" – isto porque enquanto nós temos um número suficiente de engenheiros para "atualizar" o trabalho, nós não temos sido bem-sucedidos no desenvolvimento de maneiras para lidar com trabalhadores "fora de moda"). Entretanto, isto é apenas parte do problema humano básico, a parte externa ou sócio-econômica. Mas há também uma parte interna ou psicossocial.

É justamente pelo fato de o trabalho ter sido por tanto tempo uma categoria humana fundamental, que um trabalho em particular tem sido não somente um meio de ganhar a vida, mas também uma fonte de auto-identificação. Tomando um exemplo drástico, o artesão hindu cultua suas ferramentas não somente para expressar o significado religioso de seu trabalho, mas também, ao mesmo tempo, essencialmente o faz para se definir em termos de seu trabalho. Colocando a questão de maneira mais simples, durante a maior parte da história os homens "foram" o que "faziam". Isto não quer dizer que eles particularmente gostavam do que faziam – o problema "satisfação no trabalho" é tão moderno quanto o do "significado do trabalho". Dizer "eu sou um camponês" era, muito provavelmente, algo muito distante do orgulho, entusiasmo, ou mesmo contentamento. Mesmo assim, provia uma auto-identificação para o indivíduo que era estável, consistente e reconhecida desta maneira tanto pelos outros como por ele próprio. Ou, simplificando novamente, trabalho provia o indivíduo com um perfil fixo. Este não é o caso da maioria dos trabalhos na sociedade industrial. Dizer "eu sou um bombeiro de estrada de ferro" pode ser uma fonte de orgulho, mas o orgulho é tão precário quanto o título ocupacional. Dizer "eu sou um técnico de eletroencefalografia" não tem o menor significado para a maioria das pessoas a quem isto é dito. Dizer "eu sou um operador de máquina de endereçamento" não tem o menor significado por uma razão diferente, não porque as pessoas não entendem o tipo de trabalho que deve ser desenvolvido, mas porque é quase impossível derivar qualquer tipo de auto-identificação de uma ocupação como esta, nem mesmo a auto-identificação com um proletariado oprimido que manteve muitos trabalhadores nas primeiras fases da industrialização. O trabalho fragmentado e sempre alterado tende, portanto, a divorciar-se daquelas relações sociais e eventos dos quais o indivíduo deriva a sua auto-identificação e *ipso facto* começa a aparecer para ele como problemático senão totalmente sem significado.

Uma conseqüência disto tem sido a concentração de esforços do indivíduo na procura por significado e identidade na chamada esfera privada, o que é também um fenômeno peculiarmente moderno, sobre o qual falarei um pouco mais adiante. Outra conseqüência, entretanto, tem sido uma luta feroz por status entre um grande número de ocupações. *Status* e identidade, baseados no trabalho, têm se tornado fluidos, inseguros e, conseqüentemente, sujeitos a manipulação. Se uma pessoa não tem mais a possibilidade de humanamente identificar-se com seu trabalho, em muitos casos, esta pessoa pode ainda "projetar uma imagem" e, se bem-sucedida, tirar disto várias vantagens econômicas e sociais. Em outras palavras, o *status* ocupacional tornou-se suscetível à autopromoção". Na verdade, há ocupações que podem existir apenas em função dessa "autopromoção". O atendente hospitalar, cujo trabalho mais baixo na hierarquia hospitalar inclui a remoção de restos repulsivos da atividade médica, pode descrever a si próprio como um "cuspidorologista" e, provavelmente, conseguirá "se virar" com esta definição, ao menos fora do hospital. O que está por baixo da idéia de profissionalização, em muitos casos, não está longe deste patético truque confidencial. As ocupações não somente tornam-se obsoletas, como muito antes disso poderão ter que defender sua razão de ser. Outras ocupações recém-egressas do limbo e já aspirando o *status* de "profissão" têm que ser mais estridentes em seus clamores para a vida, respeito e uma porção saudável do bolo econômico. Por isso, o cenário ocupacional está hoje repleto de uma variedade de organizações de defesa e agências de propaganda, totalmente desconcertante para o cidadão médio e, freqüentemente, desconcertante para várias entidades oficiais chamadas para licenciar, julgar e supervisionar nesta selva de projeção de imagens competitivas. Esta situação levanta questões não somente sobre conceitos tão antigos quanto a "dignidade do trabalho", mas evoca de novo o espectro da falta de sentido sobre todo o cenário ocupacional.

Um resultado muito importante da Revolução Industrial, já mencionado anteriormente, tem sido a cristalização da chamada esfera privada da vida, um novo fenômeno social localizado na interseção das grandes instituições públicas. Embora essa esfera privada seja, é claro, dependente das instituições públicas (especialmente as econômicas e políticas) ela prevê para o indivíduo uma fonte alternativa decisiva de auto-identificação e significado pessoal. Isto tem importantes conseqüências sociológicas e psicossociais que nós não podemos perseguir aqui. O que nos interessa é que esta esfera privada é, quase que por definição, segregada da esfera do trabalho. De fato, foi a industrialização do trabalho que de início tornou possível a emergência desta nova área da vida social. O caso típico e normal na sociedade industrial é quando as pessoas não trabalham no mesmo local onde se dão suas vidas privadas. As duas esferas estão geográfica e socialmente separadas. E uma vez que é nesta última que pessoas típica e normalmente localizam suas identidades essenciais, pode-se dizer que elas não moram onde trabalham. A "vida real" e o "autêntico eu" de uma pessoa supostamente estão centrados na esfera privada. A vida no trabalho, portanto, tende a assumir um caráter de pseudo-realidade e pseudo-identidade: "eu apenas trabalho aqui, mas se você quer me conhecer da maneira como eu realmente sou, venha a minha casa e conheça a minha família". Em termos de instituições, o processo mais importante envolvido em tudo isto tem sido a segregação da família do mundo do trabalho, e a sua transformação de agente econômico produtivo para agente econômico consumidor. E, é claro, é a família, para a maioria das pessoas em nossa sociedade, o principal foco da vida privada.

Esta, assim caracterizada, desvalorização ontológica do mundo do trabalho tem tido conseqüências profundas quer do ponto de vista psicológico como moral. A velha definição de perfil dada pelo trabalho é substituída por uma peculiar dicotomização da vida. A esfera privada, a família em especial, torna-se a expressão daquilo que "alguém realmente é". A esfera do trabalho, conversamente, é apreendida como a região na qual a pessoa "não é ela mesma", ou, usando um termo de ciências sociais que tem se tornado cada vez mais freqüente no discurso popular, esta região é apreendida como uma na qual a pessoa apenas "representa um papel". A descrição do homem de propaganda, feita por Lewis, demonstra esta situação de maneira bastante lúcida, mas a mesma demonstração pode ser encontrada em outras partes deste livro – com a possível exceção do "executivo", embora eu não esteja certo de que o imaginário magnata dos seguros descrito por Underwood não tenha se tornado vítima de sua própria retórica de relações públicas ao longo de seu relato de autodefinição. Se um indivíduo se auto-apreende em termos de uma psicologia dupla, não é nem um pouco surpreendente que ele subscreva a uma moralidade dupla – como, de fato, o tipo descrito por Underwood faz de maneira bastante aberta. Moralidade privada e moralidade pública tornam-se universos bastante diferentes de discurso. Aqui é preciso tomar cuidado para não assumir esta moralidade dupla em termos de "hipocrisia". Dada a dicotomização estrutural acima referida, a dicotomização da teoria ética e da prática moral é apenas "realista", isto é, apropriada à realidade social predominante.

Nós defenderíamos a tese de que esta metamorfose do trabalho, na sociedade industrial, mudou fundamentalmente seu caráter humano. Nas sociedades antigas uma pessoa poderia distinguir entre trabalho "nobre" e o trabalho "humilde". Enquanto o nosso "executivo" encontrava-se, sem dúvida, engajado em trabalho "nobre", tal qual julgado por ele próprio e por quase todo mundo, e o nosso "faxineiro de edifício" faz um trabalho decididamente considerado "humilde", a velha distinção simples não se aplica para a maioria dos outros casos. Nós sugeriríamos uma classificação do trabalho em três categorias, em termos de sua significação humana. Em primeiro lugar, existe o trabalho que ainda provê ocasião para auto-identificação primária e um comprometimento do indivíduo – para a "auto-realização", se possível. Em terceiro lugar, há o trabalho que é apreendido como uma verdadeira ameaça a auto-identificação, uma indignidade, uma opressão. E em segundo lugar, entre os dois pólos, há o trablho que não é nem "realização" nem "opressão", um certo cinza, uma região neutra na qual uma pessoa nem se regozija nem sofre, mas uma situação que as pessoas vão levando com maior ou menor graça pelas outras coisas que se supõe mais importantes – sendo que estas coisas estão tipicamente conectadas com a vida privada das pessoas. Como com qualquer tipologia, haverão de surgir dificuldades específicas para classificar qualquer situação de trabalho ou ocupação. Mas, na maioria dos casos, acreditamos que a decisão não será difícil. Na primeira categoria, é claro, devem ser colocadas boa parte das chamadas profissões liberais e a camada superior das posições existentes nos aparatos burocráticos. Na terceira categoria, devem continuar muitas das ocupações que não requerem talentos especiais, aquelas do "porão" do sistema industrial. E no meio, na segunda categoria, devem estar situados o grosso do trabalho industrial ou mesmo de escritório e serviços.

Para melhor ou para pior (e, pela maioria dos critérios possíveis, para melhor) a primeira e a terceira categorias têm diminuído em favor da segunda. Isto parece ser uma inevitável conseqüência do processo de industrialização em andamento. A racionalização do trabalho, a burocratização da máquina administrativa, organização em massa para produção em massa e consumo em massa – estas necessidades funcionais do sistema industrial levam, inevitavelmente, a um encolhimento da primeira categoria de trabalho. Somente no topo e em certas posições especiais, ao longo da estrutura, há espaço suficiente para envolver uma pessoa em sua totalidade. É mais comum o empresário ser substituído pelo burocrata, o profissional individualista pelo grupo e o artesão pela máquina. Mas ao mesmo tempo em que a demanda para "senhores" diminui, a demanda por escravos também sofre quedas.

O trabalho vai-se tornando mais seguro e limpo, suas demandas em termos de tempo e energia tornam-se mais abrandadas. Se é verdade que algumas pessoas têm menos prazer no trabalho, a maioria tem menos pesar. O que quer que se possa pensar sobre este balanço da contabilidade humana, ficará claro que esta expansão da área do meio gerará seus próprios problemas, diferentes e, provavelmente, menos horripilantes que aqueles das gerações anteriores, mas da mesma maneira prementes. É

entre estes problemas o do "significado" do trabalho é central.

Nosso "problema do trabalho" precisa, então, ser entendido num determinado contexto histórico e, portanto, relativo, levando em consideração o pano de fundo e os processos estruturais específicos da sociedade industrial moderna. Mais ainda, entretanto, há um desenvolvimento ideológico a ser considerado, a saber, a secularização do conceito de vocação. Nós não podemos apresentar aqui a teoria de Max Weber sobre o assunto, e precisamos limitar-nos à observação de que tal teoria é crucial para o entendimento da dimensão ideológica do trabalho na sociedade moderna. Weber mostrou de maneira convincente como, especialmente através da mediação do protestantismo, o conceito medieval de vocação religiosa foi transformado no conceito moderno de trabalho secular como vocação, isto é, como ação que requer o mais alto comprometimento religioso e ético por parte do indivíduo. Mesmo os que criticam a teoria de Weber concordarão que o trabalho no começo da história ocidental moderna assumiu um significado muito diferente daquele que tinha tido em períodos anteriores e em outras civilizações – não somente um dever religioso a ser fielmente cumprido, não somente uma atividade herdada com pesadas pré e pós-criações (tal como, por exemplo, o *dharma* da casta hindu), mas um "chamado", no sentido de exigir do indivíduo um comprometimento total e apaixonado, canalizando a sua vida inteira para a realização de altos objetivos e, portanto, dando um alto significado à sua vida. Não é necessário dizer, esta atitude em relação ao trabalho precisa ser vista em relação à imensa energia que o homem moderno ocidental investiu em atividades econômicas e tecnológicas, uma energia (que Weber chamou de a força do "asceticismo mundano interior") que se localiza no nascedouro tanto do capitalismo moderno como do industrialismo moderno. Mas, mesmo que apenas poucos indivíduos, hoje, assumam suas vocações como uma tarefa a ser feita "pela glória maior de Deus", o conceito de trabalho como portador de altos significados éticos e morais ainda persiste. Em outras palavras, o conceito e vocação persiste em uma forma secularizada, de forma máxima na constante noção de que o trabalho proverá a "realização" última da vida do indivíduo, e de maneira mínima na expectativa de que, de alguma maneira ou forma, o trabalho terá algum significado para ele.

Se agora nós tentarmos ver os desenvolvimentos estruturais e ideológicos juntos, seremos confrontados por uma situação paradoxal e até mesmo irônica. Os desenvolvimentos estruturais, como procuramos demonstrar, tornam cada vez menos provável que um indivíduo consiga "realizar-se" em seu trabalho, força-o a procurar tal "auto-realização" em outro lugar, transforma o trabalho de um exercício de um "chamado" para a representação de um "papel". Ao mesmo tempo, persiste uma ideologia de trabalho que continua a apresentar ao indivíduo a expectativa de que ele deve achar seu trabalho "significativo" e que ele deve ter "satisfação" nele, uma ideologia que é institucionalizada no sistema educacional (por exemplo, o "aconselhamento vocacional"), nos meios de comunicação e, por último, mas não menos importantes, nas várias organizações ocupacionais e profissionais. A sociedade contemporânea faz muito pouco para preparar seus membros para atividades "sem sentido" mesmo que estas sejam, ao mesmo tempo, sem sofrimento. Ao contrário, ela os impregna de uma expectativa generalizada de uma realização ainda mais plena de "significado" em tudo o que eles fazem. É uma pena que esta expectativa precise então ser levada a cabo num mundo no qual tenha muito pouca chance de ser alcançada. De fato, com base em conhecimentos sociológicos *a priori*, pode-se esperar que a ideologia do trabalho gradualmente adapte-se à realidade estrutural. De fato, nós lançaríamos o argumento de que o "privatismo" discutido acima constitui, ao menos em parte, precisamente tal adaptação ideológica. Entretanto, enquanto a velha expectativa ideológica persistir, nosso "problema do trabalho" continuará a ser particularmente claro.

Como o pensamento sociológico tem lidado com o nosso problema? Antes de olharmos às recentes contribuições americanas, nós consideraremos o tratamento dado ao assunto pelos sociólogos clássicos.

Não deve haver muita dúvida de que boa parte do pensamento sociológico, concernente ao assunto do trabalho até hoje, deve-se a Karl Marx. Isto não só pela influência de suas teorias econômicas, mas quem sabe muito mais devido às suas premissas antropológicas básicas, muitas das quais (comumente sem o conhecimento da fonte) tornaram-se pressupostos dados como certos por várias ciências sociais. A antropologia marxista é, de fato, baseada em conceito de trabalho. O homem é essencialmente o ser que "produz". Ele não somente produz o seu próprio mundo, mas, ao fazê-lo, ele produz a si próprio. O trabalho físico e o trabalho mental estão conectados no processo de produção humana de maneira inseparável. A tragédia da história, entretanto, é que o homem alienou-se de seu trabalho, isto é, o mundo que ele produziu tornou-se uma realidade autônoma e até mesmo hostil que o confronta como algo estranho e separado dele próprio. A alienação separa o homem do produto de seu trabalho, de seus companheiros homens, e, finalmente, de si mesmo. Sob as condições de trabalho alienado, o homem trabalha não para sua realização (o modo antropologicamente "correto" de trabalhar), mas por necessidade e por razões de sobrevivência. Este fato forma a base da crítica de Marx ao capitalismo. Evidentemente, nós não podemos discutir aqui os méritos nem as profundas implicações dessas pressuposições. Nós enfatizaríamos apenas que a concepção antropológica marxista do homem como o ser que produz, especialmente como o ser que produz um mundo (ou, como diriam os cientistas sociais americanos hoje, produz cultura), é indispensável para que possamos entender a centralidade do trabalho na existência humana. E isto pode ser dito mesmo que a seguir passemos a rejeitar a aplicação que Marx faz desta concepção em suas teorias a respeito da moderna sociedade capitalista.

Muitas das idéias de Thorstein Veblen sobre o trabalho podem ser entendidas como modificações peculiarmente americanas da concepção de Marx. Tal como Marx, Veblen pressupõe que o homem é essencialmente ("instintivamente") *homo faber* (trabalhador). Enquanto Marx, entretanto, analisou as conseqüências sociais da alienação do trabalho humano em termos da oposição entre exploradores e explorados, Veblen viu a oposição mais como sendo entre homens autoconfiantes e suas "marcas" – definitivamente, uma mudança como o

"gostinho americano". Desde cedo na história aparecem aqueles que conseguem "viver pelas suas bocas", fazendo isto à custa daqueles que continuam "vivendo pelas suas mãos". "Propriedade" e "habilidade em vender" são o oposto de "habilidade para o trabalho". Há, portanto, ocupações de indústria e ocupações de desperdício. Tal como Marx, Veblen também interessou-se pelos efeitos psicossociais do trabalho moderno (a "disciplina da máquina"; como ele o chamou). Nós argüiríamos que, para o nosso problema, Veblen não adiciona muito que seja relevante além da concepção marxista – exceto no aspecto da "autopromoção", da elaboração de imagem, sem a qual muito do que acontece nas situações contemporâneas não faz sentido.

Retornando aos sociólogos clássicos da Europa, um dos trabalhos principais de Emile Durkheim, Sobre a divisão do trabalho na sociedade, dedica-se ao nosso problema. Durkheim concorda com Marx (o qual, incidentalmente, adotou o conceito de Adam Smith e David Ricardo) que a divisão do trabalho é pelo menos um dos principais agentes de mudança histórico-sociais. Para Durkheim, a mudança se dá acima de tudo, no caráter de solidariedade existente na sociedade – desde a "solidariedade mecânica" das sociedades menos complexas, nas quais há pouco espaço para a diferenciação individual, até a "solidariedade orgânica" das sociedades complexas com uma diferenciação acentuada de trabalho, e, conseqüentemente, com uma organização social extremamente diferenciada. A última, entretanto, também traz consigo uma possibilidade mais sinistra: a anomia (como Durkheim a denomina), a qual é um estado no qual os indivíduos perderam seu enraizamento social e sentem-se abandonados num mundo estranho. Durkheim aplicou este conceito especificamente à questão do trabalho, juntamente com outros fenômenos sociais, e fala de "trabalho anômico" – apesar de enormes diferenças teóricas, este termo pode ser relacionado ao "trabalho alienado" de Marx. Entretanto, há um toque de otimismo burguês bastante forte nas noções de Durkheim sobre o assunto: o desenvolvimento da "solidariedade orgânica" faz com que a aplicação de força bruta para manter o sistema social seja desnecessária, havendo, portanto, uma diminuição em conflito de classes e anomia, inclusive "trabalho anômico".

Em um de seus trabalhos menores, Weber escreveu sobre o trabalho industrial de uma maneira muito mais próxima à sociologia americana contemporânea do que os autores acima mencionados. Entretanto, suas perspectivas mais importantes sobre o nosso problema são encontradas em seu principal trabalho *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e sociedade). O aspecto central aqui é o da racionalização, como Weber o denomina – o processo global na moderna história ocidental que torna cada parte do sistema social cada vez mais racional em sua organização, procedimentos e idéias. A teoria da burocracia de Weber, ainda o fundamento de quase todos os trabalhos sociológicos sobre este assunto, é parte desta concepção geral de racionalização. Nisto está implícito, muito embora não tenha sido elaborado por Weber, um fenômeno psicossocial – o surgimento de tipos humanos adequados a participarem num sistema social e econômico altamente racionalizado.

Marx, Durkheim e Weber suprem a maioria das ferramentas teóricas com as quais os sociólogos contemporâneos abordam o fenômeno do trabalho, com Veblen fazendo as vezes de um mediador americano das idéias dos primeiros. No que tange a fontes teóricas não-sociológicas, estas devem ser pensadas primordialmente na disciplina da psicologia, muito embora nós não possamos perseguir esta questão. Se agora nós dermos uma rápida olhada aos desenvolvimentos americanos mais recentes, na análise sociológica do trabalho, deveremos dar especial atenção a dois deles – sociologia industrial e sociologia das ocupações.

Enquanto os psicólogos americanos mostraram um interesse pela indústria que vem desde antes da I Guerra Mundial, a sociologia industrial americana pôde provavelmente ter seu início demarcado com os famosos experimentos na fábrica da Western Electric, em Hawthorne, Illinois, os quais tiveram início no meio dos anos 20. Esses experimentos, que haviam sido planejados para testar uma grande variedade de fatores que influenciam a produtividade do trabalhador, tomaram um curso decisivamente sociológico com o descobrimento (será que foi isto mesmo que aconteceu!) da importância do grupo social informal para a produtividade. A principal figura que popularizou os resultados encontrados e os integrou em uma teoria geral de "relações humanas" na indústria foi Elton Mayo, um especialista australiano em assuntos industriais e que mais tarde tornou-se professor na Escola de Administração de Harvard (Harvard Business School). Mayo teve sucesso acima de tudo em provocar o interesse da classe administradora nos resultados de sua nova disciplina, e desde então a sociologia industrial tem trabalhado em estreita cooperação com a administração industrial, em especial uma ramificação desta última (que também desenvolveu-se ao menos numa disciplina semi-acadêmica) que trata da administração de pessoal. Pesquisas posteriores em Hawthorne tiveram o envolvimento de duas outras figuras importantes para o desenvolvimento da disciplina: Fritz Roethlisberger e W. Lloyd Warner. O foco da sociologia industrial continuou a ser aquele determinado pela descoberta de Hawthorne – a relação entre os sistemas sociais informais criados pelos próprios trabalhadores e a organização de trabalho tal qual projetada pela gerência. Em vista disto, não é surpreendente que a disciplina tem sido acusada de ter um viés administrativo, prestando-se à nefasta manipulação dos trabalhadores.

Não haveria razão para delinear ainda mais a história desta disciplina, a não ser para mostrar seu enorme desenvolvimento desde a II Guerra Mundial, tornando-se uma das ramificações principais do empreendimento sociológico tanto nos EUA como fora dele. Seus métodos tornaram-se suficientemente amplos de maneira que sua aplicação é possível além do trabalho industrial propriamente dito, como por exemplo no exército e em organizações burocráticas dos mais variados tipos.

A sociologia das ocupações tem um histórico bastante distinto. Ela deriva da chamada sociologia urbana da Escola de Chicago, a qual, fundada por Robert Park floresceu particularmente entre os anos 20 e 30. Park e seus alunos estavam interessados em todos os aspectos possíveis da vida urbana. O estudo das ocupações foram, de início, mais ou menos um subproduto desse ávido interesse. No princípio os sociólogos de Chicago estavam primordialmente interessados nas ocupações de baixa reputação (se é que assim se pode chamá-las), como, por

exemplo, bailarinas de aluguel *(taxi-girls)* e ladrões profissionais. Esses estudos, entretanto, tornaram-se modelos padrões para a análise cuidadosa dos mundos sociais construídos com base numa determinada ocupação. A mudança de interesse na direção pelo estudo do trabalhador de estrada de ferro publicado em 1940. Depois disso, a disciplina não pôde mais ser vista como parte da Escola de Chicago.

Desde a II Guerra Mundial, a sociologia das ocupações teve um grande desenvolvimento, principalmente sob a liderança de Everett Hughes, o qual durante muitos anos ensinou na Universidade de Chicago, onde treinou uma geração inteira na sua maneira de encarar o mundo do trabalho. Nesse livro, nós apontaríamos o eloqüente depoimento de Gold sobre a peculiar inspiração de Hughes para esse tipo de pesquisa. Tendo publicado a maior parte de seus trabalhos no *American Journal of Sociology*, Hughes e seu grupo geraram um número considerável de monografias num espectro bastante amplo de ocupações. Muito embora a sociologia das ocupações não tenha atingido o mesmo destaque da sociologia industrial junto à sociedade acadêmica e de pesquisa (fato que pode ser facilmente explicado não só pela sua pouca idade como também pela sua relativamente baixa aplicabilidade) ela é hoje uma especialização bastante respeitável e é ensinada em vários lugares. Sua principal ênfase pode ainda ser identificada com uma das pressuposições básicas de Park e sua escola: que nenhuma atividade humana é suficientemente humilde ou sem graça a ponto de não ter interesse para o sociólogo.

Não é necessário enfatizar que as páginas anteriores não poderiam ter tido o objetivo de servir como uma introdução adequada ao que hoje é um corpo impressionante de teoria e dados. Essas páginas terão sido úteis caso o leitor tenha se conscientizado de que as contribuições apresentadas nesse livro têm, através de si, uma longa tradição intelectual, sobre a qual, de maneira implícita ou explícita, elas foram construídas. O que nós propomos nas páginas seguintes desse comentário é esboçar três aspectos que, acreditamos, devem ser enfatizados em qualquer análise sociológica do trabalho: o estrutural, o psicossocial e o ideológico. Estes três aspectos podem servir para colocar as contribuições deste volume num quadro de referência mais amplo e, além disso, poderá ser útil por apontar uma abordagem sociológica que sequer foi mencionada até aqui.

Toda ocupação opera dentro de estruturas sociais específicas. Tais estruturas podem ser analisadas sob dois aspectos: o macrossocial e o microssocial. Isto é, pode-se analisar a ocupação em termos de sua posição relativa dentro da sociedade mais ampla, sua base econômica, sua organização política e social, e pode-se, também, analisar uma ocupação em termos das situações individuais de trabalho que dela derivam, com cada uma dessas situações, bem como todas elas, constituindo um pequeno sistema social. Nós afirmaríamos que um estudo compreensivo do trabalho deve incluir tanto os aspectos macrossociais como os microssociais.

A estrutura macrossocial é um mundo em miniatura criado por aqueles que trabalham juntos, ou, de maneira mais acurada, criado por eles nas circunstâncias de seu trabalho. Como foi bem demonstrado pelos sociólogos industriais, esse mundo é apenas parcialmente planejado e controlado por aqueles encarregados de sua gestão oficial. Normalmente, é, ao menos em parte, um "contramundo" criado por aqueles de quem se espera que trabalhem no mundo oficialmente definido pela administração. Mesmo um trabalho de baixo *status* e baixo nível de recompensa é capaz de gerar esse tipo de mundo, dando a seus habitantes pelo menos aquele pouco de satisfação que qualquer grupo social tem a oferecer. A discussão de Gold sobre a sociabilidade interna do grupo do faxineiro nos dá uma imagem viva dessa questão. Subjetivamente, a importância desse mundo torna-se consciente para o indivíduo quando da ameaça de sua separação dele, como nos casos de desemprego e aposentadoria. Do ponto de vista de anomia, mesmo as situações de trabalho, que eram concebidas em termos de uma atividade desinteressante e maçante, acabam assumindo o brilho intenso de um mundo ao qual o indivíduo pertenceu.

As situações de trabalho, é claro, diferem bastante em termos dos mundos sociais que elas criam. Os cinco estudos deste livro devem tornar claro este ponto. O faxineiro, o trabalhador da indústria de automóveis e o engenheiro trabalham num mundo dominado por objetivos físicos e por tarefas físicas. Os seres humanos são agrupados e interagem ao redor desses objetivos – latas de lixo, carrocerias de automóveis que se movem, uma variedade de equipamentos. O homem de propaganda e o executivo, em contraste, trabalham num mundo construído quase que totalmente pela fala e pela escrita. Em cada um destes mundos há uma complexa rede de relacionamento e posições de *status*, na qual o indivíduo tem de encontrar e manter seu lugar. Isto é verdade tanto para o faxineiro como para o executivo. Solidariedades são formadas, manipuladas e a seguir abandonadas. Na descrição de Gold nós encontramos uma fascinante imagem de um mundo social coeso, criado em torno de uma das menos edificantes ocupações que se pode ter na nossa sociedade, mas com seus próprios valores e sua própria ética. O mundo descrito por Chinoy tem dentro de si o poderoso agente mediador capaz de gerar solidariedade que é o sindicato, mas à parte dele existe um mundo da anonimidade, no qual os mais variados tipos de relação social podem realizar-se. A situação de trabalho, analisada por Evan, é, acima de tudo, marcada pela existência de um homem frustrado e, parece, desesperado, em busca de *status*, na margem de outra ocupação (a do engenheiro), cuja valorização popular na cultura americana deve ser particularmente irritante para aqueles condenados a assisti-la do lado de fora. E temos, ainda, os mundos glamourosos descritos por Lewis e Underwood, aquele do homem de propaganda como um "cortigiano" moderno e aquele do executivo como um "príncipe" moderno, repletos de formas de poder e glória que nem mesmo Castiglione ou Machiavelli poderiam ter concebido. A literatura nesse campo está repleta de descrições de mundos sociais baseados em ocupações diferentes ainda daquelas com as quais lidamos aqui (apenas para mencionar dois estudos particularmente fascinantes: o mundo do restaurante e do hospital, cada um dos quais com o seu "palco" e "bastidor", como Erving Goffman adequadamente denominou essas duas áreas da dramaturgia da vida diária), com a sua manipulação de consumidores e pacientes por um pessoal hierarquicamente estruturado, cada qual desenvolvendo-se ao redor de uma figura usbequiana de esplendor no topo

da escala de *status* – o cozinheiro e o doutor, respectivamente, sob a maravilhosa brancura de suas vestimentas cerimoniais.

Seria tentador, a esta altura, fazer algumas comparações em detalhes entre esses mundos microssociais, comparações estas bastante raras na literatura que tem uma tendência justificável para se tornar monográfica. Tal intento, entretanto, quebraria o formato destas observações gerais. Nós preferimos enfatizar agora o outro aspecto a ser analisado na estrutura do trabalho, o macrossocial. As ocupações, ou a maioria delas, não somente geram numerosas situações sociais nas quais os indivíduos interagem face a face, mas também constituem grandes sistemas sociais, freqüentemente bastante organizados, que entram em interação complexa com outros sistemas e subsistemas da sociedade em geral. Enquanto esse mundo macrossocial não é idêntico às várias organizações que o representam e o administram (por exemplo, o mundo da medicina é maior que a soma total das organizações médicas), tais organizações constituem-se nas melhores oportunidades para o estudo da sua estrutura.

Aqui, situa-se um grande número de problemas sociológicos para análise: a relação entre a ocupação organizacional e a ocupação como um todo, o *status* legal das organizações ocupacionais (como, por exemplo, em seus poderes de licenciação e supervisão), a estrutura de poder interna da organização (que pode variar amplamente como, por exemplo, em diferentes sindicatos), e a política de poder da organização na sociedade como um todo (em termos de pressão junto a organismos de representação política, publicidade e assim por diante). Esse aspecto da estrutura do trabalho tem sido estudado primordialmente em conexão com o sindicalismo. Se, por um lado, essa é uma área de investigação, cuja importância é óbvia, por outro, não lhe é feita a devida justiça. O mundo das organizações ocupacionais é tal que uma visão veblenesca de um enorme "golpe" sendo aplicado é quase um imperativo metodológico. Isto pode ser mais facilmente visto no fenômeno chamado "profissionalização", isto é, uma situação na qual uma ocupação sai buscando convencer o público de que ela agora tem o direito ao *status* das profissões mais antigas e respeitadas (entre as quais medicina e direito são protótipos). Os sociólogos elaboraram uma lista de características, aparentemente sérias, que dariam o direito a uma ocupação de reclamar um *status* profissional para si mesma. Isto pode ser considerado uma tarefa digna de mérito, mas nós ainda afirmaríamos que se perde muito da realidade em questão se não se consegue alcançar as fantásticas manobras que têm lugar no processo de se adquirir tais características ou, mais adequadamente, no processo de se manufaturar tais características. A característica mais importante de uma profissão, segundo o senso comum, é a posse de um corpo de conhecimentos distintos, que é transmitido sob os auspícios da profissão, e uma ética profissional, que é supervisionada ainda sob os mesmos auspícios. A questão da ética não é tão problemática. Mesmo porque, a maioria dos grupos profissionais funcionam com base num mínimo de regras básicas, para a sua própria proteção, senão para a proteção do público, e essas regras podem ser facilmente codificadas. É no corpo de conhecimentos que a dificuldade começa. Qual é, ao fim e ao cabo, o corpo de conhecimentos que propriamente pertencem ao trabalho social, trabalho funerário, ou relações públicas – apenas para mencionar três grupos que recentemente, porém de maneira ruidosa, andaram reclamando seus respectivos *status* profissionais? A grande máxima poderia, neste caso, ser assim colocada: "Se um corpo de conhecimentos não existe, então precisa ser produzido". Não é preciso dizer que esta não é uma tarefa fácil, especialmente se envolve a elaboração de um currículo plausível para os centros de treinamento de uma profissão nascente.

O aspecto psicossocial do trabalho ocupa-se, acima de tudo, com o que o pensamento monástico chama de "formação", isto é, a moldagem do caráter de acordo com as demandas da vocação. Usando um termo de maior respeitabilidade na sociologia, trabalho envolve processos de socialização. Esta socialização poderá ser voluntária ou involuntária. Em alguns casos, o indivíduo procura avidamente moldar-se de acordo com as demandas vocacionais, em outros, ele não tem esse desejo, ou pelo menos não tem consciência do processo que de qualquer forma está em andamento. Essa qualidade individual da socialização é, essencialmente, um fenômeno psicossocial que pode ser observado de maneira geral, sua manifestação no mundo do trabalho é apenas uma entre várias outras manifestações. Incidentalmente, mesmo nos casos em que o indivíduo submete-se, por sua própria vontade, ao processo de socialização, normalmente ele não tem condições de antecipar ou imaginar as conseqüências últimas que terão lugar.

Qualquer tipo de trabalho socializa, ao menos um pouco, na medida em que o desempenho eficiente no trabalho tem alguns pré-requisitos psicológicos. Mesmo a categoria mais baixa de trabalho (do ponto de vista de talentos e esforços necessários) faz um mínimo de demandas psicológicas, como por exemplo, pontualidade e aparência predizível. Por exemplo, a função de guarda noturno pode não envolver nada além da presença do incumbente da função, mas, por outro lado, existirá a demanda de que a sua presença seja confiável (certa) em horas determinadas e específicas. A medida em que um indivíduo ascende na hierarquia ocupacional as demandas psicológicas obviamente crescem, o processo de socialização torna-se mais complexo e setores mais amplos da personalidade são afetados. Como resultado, tipos psicológicos mais distintos são "formados". Como comentamos anteriormente, o trabalho industrial moderno, em seu amplo estrato médio, tem muito pouca capacidade de criar "perfis" estáveis. A capacidade, entretanto, é intensificada à medida que se examinam postos mais altos da hierarquia. Essa capacidade é ainda muito forte em determinadas profissões. Nos escalões executivos de administração essa capacidade é desenvolvida sob a égide de políticas expressas.

É importante enfatizar que a socialização ocorre não somente, ou mesmo primordialmente, em função de políticas e programas expressos. O mais importante agente socializador é a própria situação de trabalho, a qual, certamente, faz aparecer um ambiente psicossocial que tem um impacto inevitável no indivíduo. Isto não quer dizer que este ambiente age como uma força que não pode ser resistida de maneira alguma. O ponto verdadeiramente importante é que mesmo quando é resistido ou mesmo quando indivíduos elaboram algum tipo de compromisso

com ele, o ambiente exerce uma pressão psicológica no indivíduo, enquanto resiste ou entra em compromisso. Cada situação de trabalho pode, portanto, ser entendida como um ambiente psicossocial, no qual o indivíduo entra com sua personalidade mais ou menos escancarada à influência deste. Isto é verdade para a fábrica, o escritório, a *executive suite*, e a associação de professores, embora, é claro, os detalhes psicossociais variem amplamente de um para o outro.

Os ambientes psicossociais dos cinco estudos neste livro são bastante diferentes entre si. Nós tendemos a achar que apenas as duas ocupações mais altas (executivo e homem de propaganda) são suscetíveis à produção de tipos humanos reconhecíveis, isto é, reconhecíveis como pertencentes às ocupações em questão, ao menos pelas pessoas que conhecemos. O personagem principal de Underwood dificilmente seria reconhecido como algo diferente de um executivo, embora um nível maior de iniciação seria necessário para reconhecê-lo como um executivo do ramo de seguros. Os tipos humanos que habitam a selva da conta-de-despesas-oficiais, descrita por Lewis, são rapidamente reconhecidos como tipos pelo público em geral. Um técnico em engenharia, entretanto, mistura-se com uma categoria muito mais geral de trabalhador qualificado da baixa classe média. E um trabalhador da indústria automobilística poderia, igualmente, ser um mecânico de oficina, da mesma maneira como o faxineiro poderia ser um recruta do exército um tanto fatigado. Mas nós não estamos aqui fazendo imputações sem o devido embasamento. O executivo descrito por Underwood sabe e até orgulha-se do fato de seu trabalho requerer um comprometimento total de seus recursos humanos – ele é um candidato totalmente cônscio para as agonias que se passam na *executive suite*. E os homens de propaganda de Lewis são, também, da mesma maneira candidatos cônscios para *The Man in the Gray Flannel Suit* e *The road to Miltown*. Por outro lado, o técnico em engenharia descrito por Evan sabe muito bem que não pode ser reconhecido – de fato, esse é um de seus grandes problemas: Os trabalhadores da indústria automobilística descritos por Chinoy queixam-se da anonimidade na linha de produção e os faxineiros de Gold da falta de reconhecimento com que os moradores os tratam.

O ambiente psicossocial do trabalho não é usualmente uma entidade fixa, mas é sujeita a rápidas mudanças como resultado de mudanças administrativas e tecnológicas. Observe, por exemplo, a revolução psicossocial que ocorre com a introdução de procedimentos que visam o aumento do ritmo de produção e o pagamento por peça produzida numa fábica, ou quando secretárias que atuam individualmente são colocadas em um *pool* de secretaria, ou quando professores de uma universidade se vêem brindados com o fechamento de um projeto de habitação para o corpo docente. Nesses casos, todo o ambiente psicossocial pode mudar do dia para a noite: amizades são destruídas, velhas solidariedades são substituídas por novas, *status* é perdido por uns e ganho por outros, novos e potentes mecanismos de fofoca se põem em marcha.

Falando em termos gerais, socialização em nosso caso significa a modelação de uma auto-imagem ocupacional consistente com as demandas das situações de trabalho ou com a ocupação como um todo. Isso se complica pelo fato de tais demandas serem sempre algo ambíguas e pelo fato do indivíduo ser confrontado com definições contraditórias de seu papel ocupacional. Essas definições discrepantes (contraditórias) podem ser distribuídas dentro de uma profissão (por exemplo, a discrepância entre policiais "durões" e policiais "moles"). Ou pode haver discrepâncias na definição de papéis por parte do incumbente e do cliente (por exemplo, entre assistentes sociais que procuram "esclarecer os conflitos íntimos" de seus clientes, enquanto estes procuram adquirir alguma vantagem econômica desse procedimento). Mais ainda, podem haver discrepâncias na maneira como os vários escalões definem a situação de trabalho e seu relacionamento social (por exemplo, o "paternalismo" administrativo *versus* o "contratualismo" dos trabalhadores).

Um dos mais interessantes fenômenos da psicologia social do trabalho é o que Goffman chamou de "distância do papel". Isso se dá quando indivíduos representam de maneira consciente o papel ocupacional (ou qualquer outro papel) estritamente de maneira prescrita, fazendo exatamente o que é deles esperado, mas, às vezes, mantendo de forma veemente uma distância íntima com relação a esse seu papel. Essa atitude está intimamente associada com o que Goffman chama de "trabalhando o sistema" (*working the system*). Deve ficar evidenciado que, com exceção daqueles mais psicopatologicamente inclinados, esse exercício de equilíbrio extrai uma considerável taxa de energia psicológica.

Agora, concentraremos nossa atenção no terceiro aspecto a ser considerado numa análise compreensiva do trabalho: o ideológico. Ideologias ocupacionais variam bastante tanto em escopo como em sofisticação. Algumas ideologias não envolvem nada além do que algumas proposições simples que expressam o ponto de vista da ocupação. Outras envolvem construções intelectuais extremamente elaboradas, que, em alguns casos, chegam a florescer na forma de teorias completas sobre a sociedade. Por exemplo, a ideologia (se é que assim pode ser chamada) de um lavador de pratos de restaurante pode ser constituída de algumas poucas normas éticas, em sua maioria projetadas para protegê-lo da opressão constante que sofre dos demais membros da hierarquia do restaurante, e talvez alguma forma inversa e negra de orgulho pelo fato de ele estar se mantendo em um dos piores trabalhos imagináveis. Os médicos americanos, por outro lado, ao menos através de sua organização profissional, acharam ser necessário desenvolver toda uma teoria de livre empresa, governo e direitos individuais para servir de base às suas proposições ideológicas. Nós acreditamos que, ainda que em forma bem rudimentar, ideologias ocupacionais estão presentes mesmo nas profissões de mais baixo *status*. No mínimo, a ideologia interpretará a própria ocupação de forma a aumentar sua importância. No máximo, a ideologia produzirá uma definição de todo um setor, ou até mesmo da sociedade inteira que esteja em concordância com os interesses particulares da ocupação. E no meio desses dois pólos, é claro, podem ser encontradas uma grande variedade de formas menos extremas.

O material, neste livro, é bastante rico em ilustrações sobre essas formas de ideologia ocupacionais. O executivo descrito por Underwood representa o pólo

máximo de maneira bastante clara. A questão se se deve ou não assumir suas proposições ideológicas como expressões genuínas de sua auto-imagem é completamente outra (Underwood assume que as pressuposições sejam a expressão da auto-imagem, nós temos nossas dúvidas). De qualquer maneira, seja ela "sincera" ou não, a ideologia contém uma teoria de comércio totalmente integrada e articulada, bem como uma teoria igualmente articulada sobre a posição do comércio na sociedade em geral. A ideologia contém, também, algo que só pode ser chamado de esquema de valores aristocráticos, com altos imperativos morais em termos de uma responsabilidade social geral, "dramaturgia" pública e preocupação e zelo para com subordinados. É muito interessante notar como esta ideologia serve para legitimar aspectos específicos da posição do executivo, fazendo-os parecer não somente necessários, mas, também, corretos. A moral aristocrática assume que existem certos traços de caráter especiais, presumivelmente inerentes a certos indivíduos (uns poucos, é claro!) que os habilita a exercer o poder executivo. Isto, nem é preciso dizer, tem sido sempre uma característica da ideologia dos "chefões". Um pouco mais complexo é o pressuposto ideológico de que a "compaixão humana" ou mesmo o "amor cristão" são adequadamente levados adiante, através de atos de benevolência para com determinados subordinados. Nós afirmaríamos que concepção individualista de "compaixão" pode servir para aliviar a pressão psicológica criada por atos que, em grande escala, poderiam envolver a brutalidade para com os outros (embora nós não possamos dizer se isto se aplicaria ao caso descrito por Underwood). Provavelmente, a característica mais saliente, nessa ideologia de executivo, é a bela conexão existente entre o "bom negócio" e o "amor ou o sumo da bondade humana". A conexão consiste na premissa de que tanto o comércio (os negócios) quanto o indivíduo necessitam do desenvolvimento das "potencialidades plenas". Uma vez que os indivíduos com algo menos do que "potencialidades plenas" são, normalmente, liquidados na operação do sistema comercial, a sua liquidação pode ser então interpretada em termos de "suas próprias limitações". Quase nada precisa ser acrescentado sobre a conveniência dessa interpretação.

Os faxineiros descritos por Gold representam o pólo mínimo da ideologia ocupacional. O trabalho deles, sem dúvida, é de tal maneira desagradável que possa ser interpretado em termos outros que não repugnante. Mesmo assim, a "cobertura dourada" é enfatizada sempre que possível – por exemplo, na noção que o faxineiro é o "seu próprio patrão", uma proposição no mínimo dúbia, mas obviamente auto-enaltecedora e atenuadora de frustrações. As fantasias de poder escapar do universo do porão para uma espécie de paraíso da classe média tem uma função similar – por exemplo, na preocupação com possibilidades bastante precárias de especulação com imóveis. Mas talvez o aspecto mais tocante da ideologia do faxineiro é sua auto-imagem de "guardião da casa". Nesse caso, se é quase que tentado a pensar em um caso arquétipo de motivo mitológico. O faxineiro define a si mesmo em termos que remontam aos espíritos beneficentes da velha morada; a fornalha suja de um prédio de apartamentos em Chicago é, subitamente, transformada numa visão da terra flamejante – e da mesma maneira, pelo menos por um breve momento, também transforma-se o faxineiro. Essa ideologia, entretanto, não se estende para além dos limites do mundo microscópico para o qual foi criada como forma de legitimação. Além desse mundo, "eles" é que mandam – os mais poderosos, os mais bem-sucedidos. Nesse conceito, de "eles" podemos ver claramente o espaço social quase infinito que separa o faxineiro do executivo – sociedade como sendo o domínio "deles" para um e sociedade como um horizonte aberto para "nossas" ações para os outros. Mais interessante ainda, é o fato que tanto o faxineiro como o executivo sentem a necessidade de desenvolver proposições ideológicas que, em parte pelo menos, são baseadas em ilusões.

Entre esses dois pólos a densidade (se é que se pode usar este termo) de ideologias ocupacionais cresce à medida em que se ascende na hierarquia de *status*. O material apresentado por Chinoy faz menção à ideologia, mas nós suspeitaríamos que seus trabalhadores da indústria de automóveis estão sob a grande influência dos pontos de vista ideológicos gerais da classe trabalhadora organizada, pelo menos no que toca às suas percepções sobre a situação imediata de trabalho e os problemas que nela se desenvolvem. Os técnicos em engenharia apresentados por Evan, é claro, vivem ou gostariam de viver num mundo de profissões de classe média. O seu maior problema ideológico é como fazer que se torne plausível para o público e, talvez, para eles mesmos, a idéia de que a sua ocupação lhes dá o direito a essa posição. E Evan nos dá algumas boas indicações sobre como é que eles fazem isso. Quando vemos o homem de propaganda descrito por Lewis no campo senão no topo do poder econômico, a ideologia torna-se predizivelmente mais "densa". Lewis nos dá uma discussão particularmente esclarecedora sobre a discrepância entre complexos ideológicos públicos e privados, com o primeiro seguindo de perto a retórica usada pelo executivo na Câmara de Comércio, mas que ninguém, na Av. Madison, acredita (exceção feita para alguns tipos de escolas tradicionais descritos por Lewis), e a última uma espécie de conjugação de ironia com "realismo" selvagem que ao menos dá ao indivíduo a noção gratificante senão, de fato, acurada, de que ele está segurando "o sistema" pelas pontas. O que também é bastante instrutivo, na análise de Lewis, é o destino de temas ideológicos derivados dos primeiros estágios do desenvolvimento econômico. Nós apontaríamos aqui para a estranha existência de uma velha moral artesanal num certo vácuo ou a persistência de idéias morais não-maquiavélicas num verdadeiro mundo florentino, numa mútua selvageria por interesses. Para quem gosta de terminologia sociológica, nós poderíamos dar continuidade à análise desse último fenômeno em termos de "descompasso cultural" *(cultural lag)*.

Nós enfatizaríamos, uma vez mais, o aspecto de distorção que é uma parte indispensável de uma ideologia ocupacional. Esse aspecto oferece vários pontos intrigantes que exigem uma análise mais detalhada. A *strip-teaser* que define a si mesma como uma "artista" engaja-se numa distorção ideológica que em pouco difere da do instrutor de aulas introdutórias de inglês que vê a si próprio como "educador". O agente funerário sugere que os funerais baratos que são oferecidos pelas cooperativas são não-americanos, e o psicoterapeuta acredita que as práticas de qualquer grupo de psicoterapeutas que não o seu próprio são não-científicos. Cada disciplina acadê-

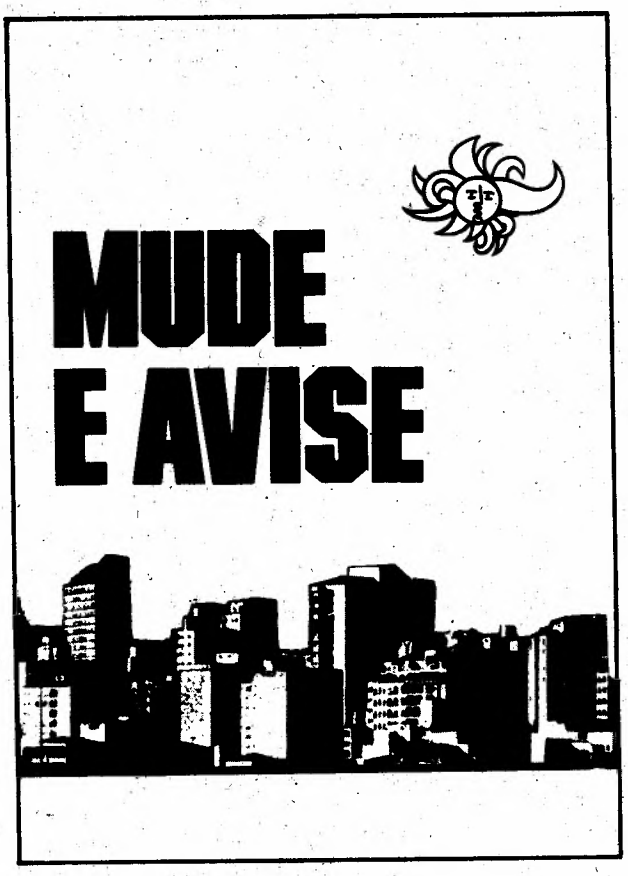
mica (sociologia tanto quanto as outras) desenvolve idéias pelas quais os seus próprios joguinhos ganham a aparência de exercícios na eterna procura do homem pela verdade, enquanto que os passatempos intelectuais de outras pessoas podem ser interpretados como não bem pensados e não sérios. E assim por diante. O mundo ocupacional, percebido como a arena para todas as reivindicações conflitantes de importância, finalmente assume o caráter de um carnaval fantástico, uma comédia humana. E nós sugeriríamos que somente essa percepção faria a devida justiça a esse fenômeno, mesmo do ponto de vista sociológico.

As observações anteriores foram, por necessidade, apenas um esboço. Elas terão atingido seu objetivo se tiverem colocado os estudos individuais deste livro num contexto mais amplo e se elas tiverem indicado alguns dos problemas gerais clamando por mais profundas análises sociológicas.

Voltando uma vez mais aos cinco tipos apresentados neste volume, cada um deles está dizendo, à sua maneira, aquilo que o acendedor de lampiões disse na obra de Antoine de Saint-Exupéry, *O pequeno príncipe: "Je fais là un métier terrible!"* E é, realmente, um "negócio terrível" para todos eles, embora os afete de maneiras diferentes. Nós teríamos que rejeitar, de fato, como tipicamente ideológico, a imagem harmônica no velho hino inglês sobre o "rico homem em seu castelo, o pobre homem em sua cabana". Mesmo assim nós podemos tirar algum consolo da humanidade comum que une o nosso faxineiro ao nosso executivo nessa empreitada geral de tentar ser o que não se é.

** Título original: Some general observation on the problem of Work. Extraído de: Berber, P.,* The human shape of work. *New York, Macmillan, 1964, p. 211-41. Trad. Moysés Aron Pluciennik.*

As notas e referências do texto original foram excluídas por limitação de espaço, o autor faz constantes referências a outros artigos do mesmo livro, é o caso dos trabalhos de: Underwood, Chinoy, Gold, Evan e Lewis.



ATENÇÃO ASSINANTE

Mudou-se? Avise-nos.

Aproveite o cartão abaixo para comunicar sua mudança de endereço. Assim você evita o atraso no recebimento de sua revista.

Por gentileza, mencione o endereço antigo para facilitar nossos serviços.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO
DE EMPRESAS

À FGV/Editora
Divisão de Vendas
Caixa Postal 9052
20.000 - Rio de Janeiro - RJ

Nome _____

_____

Endereço Antigo _____

_____

CEP _____ *Cidade* _____ *Estado* _____

Novo Endereço _____

_____

CEP _____ *Cidade* _____ *Estado* _____